

O dia em Palácio

Hontem, houve expediente, tendo o exmo. sr. dr. Solon de Lucena conferenciado com os homens-fatos auxiliares do seu governo, sendo tratados assuntos de natureza particular.

S. exa. recebeu em conferências várias pessoas que desejavam tratar de interesses particulares.

Entre 13 e 15 horas o sr. presidente Solon de Lucena dos audiências, comparecendo os exs. drs. Alvaro de Carvalho, Celso Marin, Carlos D. Fernandes, Flávio Marinho, Domingos de Almeida, Luís Pacheco, Guedes Pereira, J. J. Porto, José de Almeida, Guimaraes da Silveira, João Manoel de Melo, Antônio Botelho, Mauro de Oliveira, Sá e Brás, Jólio Holme, Nogueira de Figueiredo, Herófilo Zanays, Teixeira de Vasconcelos, Dias Júnior, Olavo Ribeiro, Antônio Navarro, João Franco, Pedro Ulysses, Antônio Henriquez Cabral de Vasconcelos, Baba Neves, Manoel Simplicio da Paixão, Achiles Rego, Juiz Lys, Lima Mindello, Olavo Magalhães, J. M. Covallant do Alburquerque, João Camelo, Manoel Coutinho, Acácio Odebrech, comandante João Fleischman, o ex. dr. Ignacio Evora, padre da Padre Aníbal, major Rodolfo Athayde, ex. dr. Benjamim Fernandes, Manoel Viana Junor, ex. dr. Alfredo Moita, José de Souza Medeiros, monsenhor João Milanez, Alcides Xavier, Cláudio Moura, ex. dr. Amaro Nunes, Hermannegildo De Luca, dr. Caiçaras Moura, ex. dr. Francisco Soárez de Sá.

O ex. dr. Alvaro de Carvalho, secretário do Estado, cumprimentou em nome do governo o ex. dr. Georgino Avelino, deputado eleito pelo Rio Grande do Norte, e que brincou durante pelo perío de sua capital com destino ao Rio de Janeiro.

Visitaram o ex. presidente Solon de Lucena o ex. deputado Hércules Soárez, chefe político de Alagoas Grandes; dr. João Holme, leitor da Escola de Engenharia de Recife; drs. Octávio Moreira, professora da Escola Normal; dr. João Pinto, leitor do Lycée Parabahiano.

Despediu-se do ex. presidente Solon de Lucena o ex. dr. Achiles Rego por ter de viajar para o interior do Estado.

Cumprimentaram o ex. presidente Solon de Lucena os exs. drs. Francisco Soárez de Sá, negociante neste prazo, e dr. João Manoel de Melo, chefe do Serviço de Algodão, ante-hontem chegado da zona serrana do Estado, que acaba de inspecionar.

Faziam as publicações a que allude o querelado, 6, em novembro de 1922 e agosto de 1923, não só elle e sim o dr. Paulo Butenroer o diretor do «Correio da Manhã», como facilmente se verificariam de alguns números constantes do processo (fls. 11a). Oras, como a entidade aberta do jornal, por não suspeitar de punição, é objectuada para lei na pessoa do seu diretor para o efeito da responsabilidade penal, não ha sentido conclusi que se consideram dirigidas ao ultimo, «pessoal e restrictamente», as ofensas feitas ao prímo. E, se assim é, não cabe ao querelado, para fins de compensação, prever-se-lhe das alegadas injurias, que, ainda no falso pressuposto de termo visado de terminadamente o «Correio da Manhã», não o teriam offendido de modo algum porque não era elle, então, representante legal dessa matutina. E principio elementar que é negado é certo defende-se com dizei albo.

Compensação de injurias, se possesse estar em causa, não seria só o ré e sim os autores que caberia individual. Aceitando, para argumentar, que sejam realmente injurias, no sentido legal, as palavras transcritas pelo querelado, teriam sido em RETORNO a cutes muito mais graves dirigidas contra o querelado pelos jornais, «sem admissões, inclusive o «Correio da Manhã».

Efectivamente, remontando a primeira publicação de 15 de novembro de 1922, data em que o querelado, ao deixar o governo, se dirigiu ao manifestante à Negócio, é ás, antretanto, muito «posturas» à desabrida oposição que o «Correio da Manhã» iniciou contra a sua pessoa desde 31 de maio de 1922, como se conhece o proprio, só. Da mesmo modo, as demais publicações, que só de agosto de 1923, consistentes, da um lado, na carta, endereçada pelo querelado ao Conselho de Albuquerque sobre as obras do nôrdico e, do outro, em um discurso que proferia no dia 28 de setembro, que lhe fizera, trairam sido igualmente respostas à campanha difamatória que lhe moveu o jornal do querelado, em parceria com outros, logo após a exposição apresentada pelo actual ministro da Fazenda ao presidente da Republica sobre a situação financeira do país, em 20 de novembro de 1922, 7 meses antes das mesmas publicações consideradas injuriosas pelo ré. Todas estas circunstâncias são de manifesta notoriedade e, como tais, só é lícito desconhecer-as, maximis quando já só é permitido ao autor justas a respe-

civa prova, que, ás, resulta do sempre confronto que se faz entre os vários numeros do «Correio da Manhã» existentes no processo.

Ainda mais: a «Disparata» (Nota 4) entra se expressa o que evidentemente empregado pelo autor e pelo ré, as destes latintamente mais offensivas, não permitindo a compensação de injurias, segundo são acordos os autores, dentro os quais o Código (Trat. dir. pen., vol. II, part. 4, pag. 879, Gesenius & D. e. Dov. de Stampa, pag. 327) e outros muitos, cujas opiniões não permitem, transcrever o ex-governo de que dispõe. No intuito, que Macêdo Soárez considera «muito grau», publicado por Ed. Dário, no «Diretório» (usado de 1911), declara, aliás, referindo-se à compensação de injurias, que é INDISPENSÁVEL, neste caso «o perdão», ou «cancelamento» das ofensas. E' que a este tornou insensível no mesmo sentido da legítima defesa (Macêdo Soárez, Cod. Pen., com. no art. 322) e para que nela se possa definir por completo é imprescindível que a regulamentação seja proporcional à agressão.

(Cod. Pen., art. 34 n. 8).

Não é só o «Correio» de tempo decorrido entre as injurias actuais e as que o querelado atribuiu ao quanto-terça de um anno quanto da de primeira publicação e cinco anos quanto da das ultimas—ainda impossibilitando a compensação algébrica, tendo-se em vista que si só demanda radical a opinião que exige a «cancelamento» para as ofensas de parte a parte, não o deixa equivalente de ser, em sentido oposto, que a compensação admite se compensem quando ação punitiva originada das primordiais haja ocorrido com prescrição.

Decidendo o Código que as injurias se «compensem», não sóis, entretanto, neste expresso, não possível de comutar, a justificativa da lei, pois que seria injusto, como pondera Gazzola (Trat. dir. pen. tom. pag. 537 e 538), admitir que um delito possa ser compensado por outro. «A provocação exerce a colete e se sente sentimento intensivo e passional se manifesta em um ato por si mesmo de pouca gravidade, uma palavra tanto veladamente, uma expressão injuriosa, não ha para si um delito na repercução a um ataque injioso» (sic cit.).

Si, porém, a nossa sensibilidade moral que, sob a impressão da dor causada pela injuria, responde, a bens dizer, de modo reflexo, instintivo, por sua vez o ofensor, não se torna sociável que, desaparecida o tempo a instigação, submeta, entretanto, a ressponse imparcial que aquela determina. Parece-nos, assim, que, se não deve ser exigida a simultaneidade para que se hajam por compensadas as injurias, dada a hipótese, que lembar Ferri, de que sejam trocadas entre pessoas que não habitam a mesma localidade, compare, entretanto, como pensam o autor e se sente sentimento intensivo e passional se manifesta em um ato por si mesmo de pouca gravidade, uma palavra tanto veladamente, uma expressão injuriosa, não ha para si um delito na repercução a um ataque injioso» (sic cit.).

Por isso mesmo, chegando ao termo das nossas alegações, não nos parece que tem a menor probabilidade o requerimento feito pelo ré no final do seu arrossando para o fim da sua sentença o processo até a obtenção das referidas certidões, tanto mais tendo elle desistido anteriormente do prazo de 4 dias que o integro Juiz liberalmente lhe concedera para juntar os pretendidos documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a julgo» (Decr. 4718, art. 26), o seu entendimento que demonstramos, não havendo no processo solução de contundência que permitisse ao requerente juntar qualques documentos ou, em caso de impossibilidade, a prova de si não terem sido obtidos, com a especificação do motivo. Quando mesmo as certidões requeridas pelo querelado o tivessem sido para «fundamentar a arguição por cuja causa foi chamado a

GUEDES, SÁ & COMPANHIA LIMITADA

CINEMAS, FILMS E MATERIAL CINEMATOGRAPHICO — CAIXA POSTAL N.º 24

Rua Maciel Pinheiro n.º 256 — PARAHYBA DO NORTE — End. telegraphico "CINEMA"

RIO BRANCO Cinema-Theatro

HOJE! — Sábado, 23 de Fevereiro de 1924. — HOJE!
2 sessões começando, às 6 1/2 horas.Programma extraordinário, para apresentação de "Mabel Julianne Scot".
Linda e fascinante estrela de alto prestígio na constelação da invicta fábrica GOLDWIN.

Não desuideis vossas esposas

Super-produção especial da GOLDWIN, que a confeccionou caprichosamente e dividiu em 7 primorosos actos.

Cine-Theatro SÃO JOÃO

HOJE! — Sábado, 23 de Fevereiro de 1924. — HOJE!
2 sessões, começando às 6 1/2 horas.

Super-produção extra especial da poderosa marca Paramount, tendo como principais intérpretes os dois grandes astros da cena muda Gloria Swanson e Antonio Moreno.

A MINHA ESPOSA MODELO

Film especial da Paramount, que caprichosamente o confeccionou e dividiu em 8 longos esboços acios.

THEMA — O casamento faz a felicidade de todos quando se sabe escolher uma esposa modelo.

ATTESTADOS

Cancro syphilitico e rheumatismo

O sr. João Marques Góes, residente em D. Pedro II, Rio Grande Sul, declara em atestado datado de 10 de outubro de 1919, que foi atendido de cancro syphilítico e rheumatismo, conseguindo cura-se com o ELIXIR DE NOGUEIRA, da farmacêutico-chimico João da Silva Silveira, quando outras remédios nada tinham conseguido.

O Ilustre médico do exército dr. Arnaldo Soárez, residente no Rio, Pará, declara em atestado datado de 31 de abril de 1917, considerar o ELIXIR DE NOGUEIRA, do farmacêutico-chimico João da Silva Silveira.

Afecção nos testículos

O sr. Alcino Barros, residente na Bahia, presidente da Cia. Jardim das Américas, Rio das Américas, declara em atestado datado de 25 de abril de 1916, que se curou de uma afecção nos testículos, que sofria há 4 anos, com o ELIXIR DE NOGUEIRA, do farmacêutico-chimico J. da Silva Silveira.

Casa Matriz — PELOTAS — RIO GRANDE DO SUL

CURTA POSTAL EM
Diputado geral — São Paulo — RUA DA GLÓRIA, 22 — 21

Caixa Postal, 185 — RIO DE JANEIRO

Frente em todas as farmácias.

Parreira Carneiro & Cia. Limitada

(Companhia Comércio e Navegação)

Possuem grandes armazéns na Avenida Rodrigues Alves, Rio de Janeiro, destinados à guardar mercadorias com ou sem warrants.

VAPORES ESPERADOS

Viagem extraordinária

JAGUARIBE

Esperado do Rio de Janeiro e saídas no dia 2 de março, devendo chegar em Cabedelo a 13 do mesmo mês, saindo no mesmo dia para Natal, Olinda e Mossoró.

Viagem regular

PIAUHY

A' saída do Rio de Janeiro a 5 de março p. devendo chegar em Cabedelo a 13 do mesmo mês, saindo no mesmo dia para Natal, Macau, Mossoró, Aracati, Ceará, Camocim e Tutoya, para onde recorre.

NOTA — Por contrato com a "The Amazon River Steam Navigation Company" esta companhia recebe carga para os portos de Santarém, Olinda, Pernambuco e Manaus com transbordo no Rio, tornando por base as quatro saídas mensais dos vapores daquela Empresa, as quais têm logar às 9 horas da manhã dos dias 7, 14, 21 e 28 de cada mês.

Aviso

Prévia das suas encomendas que os sistemas de embargos só serão formulados até a saída dos vapores, pelo que os encargos e despachos devem ser entregues à agência a tempo.

EXPORTAÇÃO — As ordens de embarque serão entregues mediante apresentação dos comprovantes e despachos federais e estaduais.

IMPORTAÇÃO — Descrições tais do volume de descharge de vapors e agência não temer conhecimento de reclamações.

Para carga e encomendas, fretes valores, é tratar com os agentes.

Avisamos aos srs. recebedores de cargas pelos vapores desta sociedade, que à começar do proximo mês (Março), as mercadorias destinadas à esta praça, serão entregues aos donos ou consignatários, isentas de quaisquer despesas, na occasião da descarga no cais da Alfândega.

Kröncke & Comp.

Curso Franco-Brasileiro

Rua da República, 401

Curso primário diurno, acculta meninos para as primeiras letras. Cuja noite de português e arithmética para adultos.

(1-15, alt.)

ALEMÃO e INGLEZ
prático e teórico

ENSINA

EDGAR GERSTNER

Cartas à gerencia desta lojinha.

PARTEIRAS

Chamamos a atenção desse distinto clube, que o *Nujol* (petróleo líquido), é vendido em todo o Brasil e encontrado em todas as farmácias e drogarias de 1.ª ordem, é o ideal tratamento da prisão de ventre. Si v. exácia se dignar enviar a secção de *Nujol*, Caixa postal — 970 — Rio de Janeiro, o seu cartão de visita impresso, teremos muito prazer em enviar-lhe uma amostra gratuita e informações sobre aquele preparado.

Operações, molestias das senhoras e vias urinárias.

Dr. CASTRO SILVA

Cirurgião da Santa Casa de Belo Horizonte. Ex-assistente de clínica de mulheres, em Berlim. Com práticas das grandes clinicas da Alemanha e Áustria. Cirurgia ginecologica, entre as molestias da uretra, ovarios, uterina, prostata, bexiga e rins. Tratamento cirúrgico das afecções do estomago, intestinos e vias biliares. Clura indolor das hemorroidas. Tratamento do cancro do útero pela operação de Wertheim e do prolapsus pélvico de Schauta-Wertheim. Restaurações plásticas do perineo. Operações pelos mais perfeitos processos de anestesia local.

DAS 2 ÀS 5 HORAS

Av. Marquez de Olinda, n.º 58. — RECIFE
Residência: «PENSÃO LANDI»Quinta-feira, 28 de Fevereiro de 1924
Nos Teatros-cinemas RIO BRANCO! e MORSE!

Os tres Mosqueteiros

Maravilhoso e monumental film extraído do conhecido romance do célebre autor Alexandre Dumas, pai, e transportado ao «écran» pelo habil mestre em scène mr. H. Diamant Berger, tendo sido editado pela grande fábrica francesa PATHE' CONSORTUM, em 1 prologo e 12 capitulos, que serão apresentados em 12 especiais completos.

Interpretação dos seguintes artistas: Cardal Richet, M. de Max, o grande francês — Carlos D'Artagnan, M. Aimé Simon Girard — Athos, Henry Rollan — Portos, Martelli — Aramis, Mr. de Treville, Desclés — Mme Bonacieux, Pierrette Modà — Duque de Cherves, Mme Labaudine — Conde de Rochefort, M. Baudin — Lady Winter, Claude Morel.

GENERAL ELECTRIC S. A.

MOTORES, DYNAMOS, ALTERADORES, INSTRUMENTOS DE MEDIDA, TRANSFORMADORES, CHAVES A ÓLEO, PARA-RAIOS, MATERIAL PARA ALTA E BAIXA TENSÃO, FIOS, CABOS, VENTILADORES, APARELHOS DE AQUECIMENTO LAMPAS GE-EDISON, ETC.

ATACAS E ORÇAMENTOS GRATUITAMENTE

Av. Rio Branco n.º 144. (2.º andar) — Recife

CAIXA POSTAL N.º 344

MORSE Cinema-Theatro

HOJE! — Sábado, 23 de Fevereiro de 1924. — HOJE!

2 sessões começando, às 6 1/2 horas

Apresentamos ao público mais um grandioso film em série da UNIVERSAL, no qual trabalham os conhecidos e laureados artistas americanos — Grace Darmont, George Chesebro e Harry Carter, a primeira, muito conhecida como heróina de vários films de seriados, o segundo, o sempre lembrado intérprete d'A rainha dos diamantes, e o terceiro, reputado um dos cincos de mais talento da cena muda:

Os mysterios do diamante azul

3.ª série — 5.º episódio: *O anel da morte* } 4 partes

Para começar a sessão — O queridinho do papai — comédia em 2 partes, da Century

POPULAR Cinema-Theatro

HOJE! — Sábado, 23 de Fevereiro de 1924. — HOJE!

2 sessões, começando às 6 1/2 horas

"May Mac Avoy", a perturbadora estrela que tantos admiradores tem conquistado, em mais uma impressionante concepção cinematographica da REALART-PICTURES

Divida de gradidão

7 maravilhosas partes de um excelente drama da vida real editado pela REALART-PICTURES.

EDISON Cinema-Theatro

HOJE! — Sábado, 23 de Fevereiro de 1924. — HOJE!

2 sessões começando, às 6 1/2 horas

Um primoroso film da REALART-PICTURES destinado a grande sucesso, sendo como intérprete principal a perturbadora Bébé Daniels num dos seus mais bellos trabalhos

Um negocio lucrativo

Produção especial da REALART-PICTURES, que se divide em 7 maravilhosas partes.

Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro

(SOCIÉTÉ ANONYME)

Praça Servulo Dourado

SAÍDAS DO RIO, A'S SEXTAS-FEIRAS

Vapores esperados

Todos com radio-telegraphia

LINHA DE CARGUIROS DO SUL

O cargueiro — BORBOREMA — Esperado dos portos do sul no dia 28 de fevereiro no porto desta capital saírá no mesmo dia para Natal, Macau, Mossoró, Aracati, Ceará, Camocim e Amarante.

DO NORTE

O cargueiro — CUBATÃO — Esperado do Rio de Janeiro e escala no dia 28 do corrente, saírá no mesmo dia para Babil, Rio, Santos, Itajaí, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre.

DO SUL

O paquete — MANÁOS — Esperado do Rio de Janeiro e escala no dia 28 do corrente, saírá no mesmo dia para Natal, Olinda, Tutoya, Maranhão, Pará, Santarém, Obidos, Pará, Pavatins, Itacoatiara e Mandacá.

LINHA DE SERGIPE DOSUL

O paquete — COMMANDANTE MIRANDA — Esperado de Santos e escala dia 2 de março no porto desta capital e saírá no mesmo dia para Recife, Macau, Penedo, Aracaju, Bahia, Ilhéus, Caraíva, Victoria, Rio de Janeiro e Santos.

LINHA NORTE DO BRASIL-NORTE DA EUROPA DO SUL

O cargueiro — JABOTACABA — Esperado do Rio de Janeiro e escala no dia 6 de março e saírá depois da demora necessária para Natal, Olinda, Maranhão, Pará, Pernambuco, São Vicente, Lisboa, Leiria, Aveiro, Antwerp e Hamburgo.

LINHA RIO-BELEM-MONTEVIDEO DO NORTE

O paquete — CAMPUS SALLER — Esperado de Belém e escala no dia 27 de fevereiro no porto da sua vila saírá no mesmo dia para Rio, Macau, Pelotas e Porto Alegre.

AVISO

As passagens só serão extrabildas mediante apresentação de atestados das vacinas.

As passagens de ida e volta têm o abatimento de 10%.

As reclamações por avaria, extravio ou faltas, devem ser apresentadas dentro de 3 dias depois da terminada a descarga. Esta disposição não sendo respeitada ficas a Companhia isenta de qualquer responsabilidade.

Para mais informações com o agente.

Heracio Siqueira

RUA MACIEL PINHEIRO N. 177

ESPECIFICO DA GRIPPE

EUCEINA

WERNECK

FAZ ABORTAR A
INFLUENZA
VENHA OU NÃO
ACOMPANHADA
DE FEBRE